

Trabalhadores agrícolas temporários:

A Luta Pelo Contrato Único de Trabalho

Oficina de Assistência
Social de la Iglesia - OASI

* Tradução de DIEGO A.A.B. FERNANDES.

RECONHECIMENTO E CONQUISTAS LEGAIS

Quando se fala de produção agrícola na Bolívia, quase sempre se faz referência à cana-de-açúcar, algodão e arroz, que na zona oriental do país se desenvolveu intensamente a partir da Revolução Nacional de 1952. Diversificar a economia, substituir as importações e ampliar a fronteira agrícola foram os objetivos gerais propostos, encomendados à velha oligarquia feudal e à nova burguesia capitalista. A realização destes objetivos foi complementada com a atração de mão-de-obra barata.

Proclamou-se a política da "grande marcha ao oriente" que além de uma necessária redistribuição demográfica, estava dirigida ao cumprimento deste objetivo implícito.

Em menos de três décadas a sociedade cruzenha⁽¹⁾ experimentou um impetuoso desenvolvimento. Do carros de bois, passou a modernos sistemas de transporte e comunicações, do rústico e pequeno engenho de açúcar à moderna instalação industrial. Créditos estatais e privados e infraestrutura física de serviços foram dirigidos exclusivamente a essa nova burguesia agroindustrial, em total prejuízo dos setores populares, especialmente dos trabalhadores agrícolas.

Contraditoriamente à "próspera" burguesia agroindustrial, os trabalhadores agrícolas temporários — da safra de cana-de-açúcar, do algodão e arroz e de outros trabalhos culturais da agricultura estão se pauperizando. Eles estão submetidos a condições de desumana sobreexploração de sua força-de-trabalho; a vida é infinitamente dilacerada por pobreza, mi-

séria a níveis que excedem toda imaginação humana. Foram necessários 30 anos para que estes homens e mulheres, verdadeiros "construtores" do desenvolvimento cruzenho, partindo do mais absoluto anonimato a que foram submetidos, pudessem levantar-se em defesa de seus legítimos interesses, amplamente relegados, até alcançarem por parte do Estado e da sociedade boliviana, amparo e reconhecimento como sendo um setor social organizado, importante na vida econômica, social e política nacional.

Foram necessários longos e penosos anos de luta cotidiana e permanente com a intervenção de múltiplas organizações de solidariedade. Era preciso denunciar estas infames condições de vida e de trabalho, e fundamentalmente, assumir a consciência de que só organizados se avançaria em prol de suas reivindicações. E se percorreu este longo caminho, impregnado de retrocessos e avanços, até alcançar duas metas vitais para o setor: a organização sindical a nível de Federação dos Trabalhadores Safristas e a Federação Sindical de Trabalhadores da Colheita do Algodão. O mesmo impulso que levou a estas organizações sindicais, apoiadas em uma contundente mobilização dos trabalhadores na base, conseguiu "arrancar" do governo sua incorporação na Lei Geral do Trabalho, amparada por sua vez pela Constituição Política do Estado da República da Bolívia.

Estes são os momentos históricos mais importantes recuperados para o setor assalariado agrícola que esteve à margem da Lei e da sociedade Boliviana.

Apesar de ter sido a lei sancionada em abril de 1981, por um decreto Supremo, só em maio do ano seguinte promulgou-se o Decreto Regulamentador que asse-

cimento do contrato único de trabalho.

Desde aquela ocasião, os dirigentes realizaram, através das Federações, um rigoroso acompanhamento junto aos empresários para exigir o cumprimento destas disposições legais. Duas reações sobressairam-se nitidamente: Por um lado a atitude do empresariado agroindustrial durante o governo popular da UDP até agosto de 1985, de formal e mentiroso acatamento; por outro lado, o desprezo com que se manifestam agora, ao amparo do governo do MNR-ADN, não só negando-se a assinar o contrato único de trabalho, instrumento legal indispensável para os trabalhadores, mas também atrevendo-se a congelar os salários a níveis de negociações passadas.

A VIA SACRA DOS TRABALHADORES PELO CONTRATO ÚNICO DE TRABALHO

Até abril de 1987, a Federação Sindical dos trabalhadores Plantadores de Algodão não havia conseguido ainda a assinatura do Contrato Único de Trabalho que normatiza as relações e obrigações mútuas de empresários e trabalhadores.

Geralmente, a cada ano, com um mês de antecedência, os dirigentes dos apanhadores de algodão apresentam aos empresários algodoeiros, organizados na Associação de Produtores de Algodão (ADEPA), a necessidade de desencadear negociações que conduzam à assinatura do Contrato Único. Assim fizeram, mediante uma carta enviada no dia 13 de fevereiro de 1987 à Gerência da ADEPA. Esta, entretanto, além de dilatar a resposta, somente pronunciou-se mediante uma mobilização organizada dos apanhadores de algodão, que já se encontravam nos acampamentos esperando o

(1) Isto é, do Departamento de Santa Cruz, limítrofe ao Brasil (Mato Grosso).

início oficial da colheita; e mesmo assim em termos absolutamente negativos e inaceitáveis para os trabalhadores.

A partir de dois encontros com delegados de base em cada um dos acampamentos (empresas) decidiu-se enviar representações perante a ADEPA como forma de pressão, demonstrando sua organização e fundamentalmente expressando sua convicção para o diálogo e negociação construtiva.

A resposta lacônica da ADEPA na qual colocava o congelamento de salários a nível da gestão de 1986, obrigou os trabalhadores a radicalizar suas medidas de pressão. Segunda-feira, 9 de março de 1987, realizou-se uma marcha pública na cidade de Santa Cruz de La Sierra, manifestação que concentrou a atenção da opinião pública e possibilitou que a ADEPA aumentasse os preços de contrato por libra de algodão colhido, apesar de sua oposição inicial.

A carta dos empresários agrícolas, no entanto, possui um tom de lamento e denúncia da dramática situação a que foi submetido o setor produtivo boliviano. Reconhecem que o novo modelo econômico imposto pelo governo, desde agosto de 1985, mediante o Decreto Supremo 21060, está conduzindo inexoravelmente à destruição de toda a incipiente estrutura produtiva do país. Mas ao mesmo tempo, em uma atitude desafiante, exige que a indústria nacional alcance níveis de competitividade com produtos similares de países vizinhos. Exigência pouco provável de ser alcançada pois há mais de 30 anos que se mantém graças à subvenção estatal, à especulação dos preços e à dependência absoluta. Como é tradicional na burguesia, em situações de crises recorre-se ao fácil expediente de congelar bruscamente os salários, à sobre-exploração da força de trabalho, com a finalidade de baixar os custos de produção na ilusão ótica de que isto lhes resolverá o problema estrutural que possuem.

Durante a gestão 86 foram cultivados 11.000 hectares de algodão e se utilizaram 5000 trabalhadores, enquanto na presente gestão 87, o cultivo de algodão baixou a 6.000 hectares, em consequência, apenas se está utilizando aproximadamente 2.500 trabalhadores.

Valendo-se destes argumentos, os empresários se negam a assinar o Contrato de Trabalho, colocando alternativamente que cada um dos produtores fique livre para estabelecer convênios e/ou contratos com seus trabalhadores.

Todavia, na prática nenhum dos empresários assinou o contrato Único de Trabalho; poucos foram os que chegaram a pequenos e verbais acordos com os trabalhadores, mas também houve quem ainda com atitudes oligarcofeudais negasse toda possibilidade de aumento salarial e ainda de organização.

A realidade colocou em evidência a contradição principal que se desatou em conflito aberto, público e violento; por um lado, o empresariado se empenhava em desconhecer as organizações sindicais, ignorar seus dirigentes, não participando nem celebrando negociações e muito menos considerando-os como representantes legítimos da classe trabalhadora. Por outro lado, numa demonstração de inesgotável criatividade e iniciativa, os trabalhadores "desencadeiam" uma ofensiva na organização e constituição dos sindicatos de base como sujeitos imprescindíveis para a representação e negociação em cada uma das empresas.

Os avanços experimentados até abril de 1987, quando a colheita de algodão se encontra na metade do processo, são evidentemente positivos: organização de sindicatos e/ou níveis de representação a nível de bases, elaboração e apresentação de pautas de reivindicações, estabelecimentos de diálogos específicos, negociações, sobressaindo-se como parte substancial destas ações a consciência crítica que vai assumindo o traba-

lhador da colheita de algodão, que amanhã será safrista da cana-de-açúcar.

Algumas conclusões provisórias

O curso que tomaram as ações nos permitem, a esta altura, adiantar algumas conclusões provisórias de forma a preparar o futuro.

- Está confirmada a tese da inesgotável criatividade e iniciativa popular, que no caso dos plantadores de algodão, é habilmente desenvolvida ao colocar o imediato reconhecimento dos sindicatos de base como contrapartida para as negociações com as empresas.

- O avanço da organização e constituição dos sindicatos de base que além de fortalecer e acionar a Federação, permitem projetar-se aos demais setores produtivos como no da cana-de-açúcar.

- Expressou-se pública e categoricamente que os trabalhadores são os mais interessados em superar a crise nacional estando estes convictos de que o diálogo e a negociação são as vias necessárias e somente quando este caminho se feche, deve-se recorrer à ação direta.

- Que a história se encarregou de rechaçar as práticas "feudais" do empresariado boliviano, pois o despotismo próprio da oligarquia não cabe nas atuais circunstâncias; esta ligação, pelo que parece, foi assumida pela burguesia agroindustrial cruzenha, ainda que não totalmente.

- Preve-se, no entanto, que a atitude dos empresários repetir-se-á com os canavieiros, sobretudo na sua ilusória e estéril intenção de desconhecer a realidade incontestável da organização e presença dos trabalhadores.

- No fundo, quem aprendeu melhor a lição foram os trabalhadores agrícolas temporários, que se colocaram em marcha com o objetivo de ampliar, consolidar sua organização, assumindo fundamentalmente, o desafio de forjar o "projeto" do sindicalismo do trabalhador agrícola na Bolívia.